



Acta Scientiarum. Language and Culture  
ISSN: 1983-4675  
ISSN: 1983-4683  
actalan@uem.br  
Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

# Discurso de meritocracia: uma análise da regularidade enunciativa em enunciados institucionais e na série 3%

---

**Franceschini, Bruno; Santos, Tainá Camila dos**

Discurso de meritocracia: uma análise da regularidade enunciativa em enunciados institucionais e na série 3%  
Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 41, núm. 2, 2019  
Universidade Estadual de Maringá, Brasil  
Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307462019017>  
DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v41i2.48227>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

## Discurso de meritocracia: uma análise da regularidade enunciativa em enunciados institucionais e na série 3%

Bruno Franceschini

Universidade Federal de Goiás, Brasil

franceschini.bf@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v4i2.48227>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307462019017>

Tainá Camila dos Santos

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Recepção: 04 Junho 2019

Aprovação: 23 Outubro 2019

### RESUMO:

3% (Netflix Brasil, 2016) é uma série de televisão que apresenta um universo dividido em dois lados: o ‘lado de cá’ (Continente), que é miserável e o ‘lado de lá’ (Maralto), descrito como ideal e abundante. Na trama, os jovens de vinte anos, moradores do Continente, são convocados pelo Processo, encarregado de aplicar provas para selecionar 3% deles para Maralto. O Processo, que tem como *slogan* ‘Você é o criador do seu próprio mérito’, representa o único meio legal de adentrar o outro lado. Saindo do âmbito da série, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), elaborado pelo Ministério da Educação, funciona como porta de entrada às universidades, sendo divulgado como a forma de ‘alcançar os sonhos’ e, sobretudo, como uma questão de mérito, conforme o próprio MEC enuncia: ‘quem se preparar (para o ENEM) vai se dar bem’. Dito isso, esta pesquisa tem por objetivo, à luz dos estudos em Análise do Discurso de orientação foucaultiana, analisar a constituição da regularidade enunciativa entre o discurso de meritocracia em enunciados institucionais do MEC e enunciados da série a partir do Processo e do ENEM, os quais são tomados como acontecimentos discursivos e serão descritos e interpretados com base na arquegenealogia foucaultiana no que tange aos conceitos de discurso, acontecimento, governamentalidade e biopoder. A metodologia parte do levantamento bibliográfico seguido do recorte de enunciados para a elaboração de séries enunciativas, úteis à compreensão do objeto e do discurso de meritocracia. A análise permite a conclusão de que existem semelhanças entre o Processo e o ENEM, tornando os enunciados de ambos dialogáveis. Em outras palavras, o discurso de meritocracia em 3% pode ser encontrado nos enunciados do MEC.

**PALAVRAS-CHAVE:** análise do discurso, acontecimento, meritocracia.

### ABSTRACT:

3% (Netflix Brasil, 2016) is a TV series that presents a universe divided into two sides: the inland, which is miserable and impoverished, and the offshore, known as Maralto, described as ideal and abundant. In the plot, the twenty-year-old inland inhabitants are summoned by the Process, which is in charge of applying tests to select 3% of them to Maralto. The process, which has the slogan ‘You are the creator of your own merit’, represents the only legal way to enter the other side. Leaving the scope of the series, the National High School Examination (ENEM), prepared by the Ministry of Education, acts as a gateway to universities, disclosed as a way to ‘achieve dreams’ and, above all, as a matter of merit, according to what MEC itself states: ‘one who prepares himself (for ENEM) will get along’. That said, this research aims, based on Foucauldian Discourse Analysis studies, to analyze the constitution of the enunciative regularity between the meritocracy discourse in MEC institutional statements and in 3%, through the Process and ENEM statements, which are taken as discursive events and will be described and interpreted on the basis of Foucauldian archegenealogy concepts of discourse, event, governmentality and biopower. Methodology is based on the bibliographical research followed by statements clipping for the enunciative series elaboration, which is useful to understand the object and the discourse of meritocracy. The analysis leads to the conclusion that there are similarities between the Process and ENEM, producing the dialogue among both. In other words, the speech of meritocracy in 3% can be found in the statements of MEC.

**KEYWORDS:** discourse analysis, event, meritocracy.

### INTRODUÇÃO

[...] Fique esperto e se prepare bem (ENEM, 2018).

Um universo dividido em dois lados: o primeiro, o ‘Lado de Cá’ (ou Continente), é precário e marginalizado, enquanto o segundo, ‘Lado de Lá’ (ou Maralto) é o lado discursivizado como ideal, isto é, sem miséria e abundante em recursos. Enquanto o Continente é um lugar marcado por pobreza, sem qualquer tipo de fartura, Maralto representa o lugar justo, sem desigualdade, pois quem habita esse lado tem tudo disponível, desde alimento até roupas, em oposição à realidade miserável que assola o outro lado. A trama da primeira temporada de 3% (Netflix Brasil, 2016) é centrada, em seus oito episódios, na seleção de 3% dos jovens do ‘Lado de Cá’ para que eles passem a viver em Maralto. O Processo, então, é encarregado de aplicar provas para que esta seleção ocorra, tendo como *slogan* ‘Você é o criador do seu próprio mérito’ (Netflix Brasil, 2016, ep. 1).

Externamente à série, na nossa realidade, temos também uma variedade de processos de seleção, como, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). O ENEM é encarregado de divulgar e aplicar as provas decisivas para a entrada de pessoas nas universidades, seja em instituições públicas através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), seja em privadas – por meio do Programa Universidade Para Todos, criado pelo Governo Federal Lei nº11.096/2004, cuja proposta é a concessão de bolsas de estudo parciais ou integrais. Assim, diversos comerciais sobre o ENEM vão ao ar na TV brasileira, em grande parte, divulgando “[...] o caminho de oportunidades que o exame dá aos jovens” (ENEM, 2018), além das informações e orientações para ‘uma prova de sucesso’.

A partir da primeira temporada de 3% e dos vídeos divulgados pelo MEC acerca do ENEM, propomos, neste artigo, analisar o discurso de meritocracia materializado em enunciados retirados da série em estudo e do MEC com vistas a descrever a regularidade enunciativa desses porque, como explica Foucault (2008a, p. 163), o enunciado “[...] é portador de uma certa regularidade e não pode dela ser dissociado”.

Com relação ao conceito de regularidade, pontuamos que ela é constituída a partir das “[...] regras do campo em que elas se distribuem e se reproduzem. É isso que é uma regularidade enunciativa” (Deleuze, 2005, p. 16). Para tanto, é necessária a operacionalização da função enunciativa, mais especificamente, do campo associado e do objeto, conceitos imprescindíveis no trabalho de elaboração das séries enunciativas, tendo em vista a organização dos enunciados em seu regime de dispersão e os modos de agrupamento para a constituição das referidas séries e para a que seja possível, ainda, tratarmos do objeto meritocracia. Para Foucault (2008a, p. 53):

[...] relacionando-os [o enunciado e o objeto] ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos [...] que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão.

Para alcance dos objetivos, pautados nos estudos discursivos de orientação foucaultiana, mobilizamos o instrumental teórico-metodológico do autor para que seja possível a realização dos procedimentos analíticos de recorte de enunciados para a composição do corpus de análise. Na sequência, pautados no conceito das modalidades enunciativas (Foucault, 2008a), chegamos à formulação das séries, iniciando, aí, a descrição da regularidade dos enunciados do discurso de meritocracia e refletindo sobre os acontecimentos ‘Processo’ e ‘ENEM’. Posteriormente, apresentamos os resultados da nossa análise, distribuídos em seções e subseções, sendo elas: discussão teórica dos conceitos aqui mencionados; um tópico dedicado ao Processo de 3% e ao ENEM do MEC enquanto acontecimentos; outro dedicado à meritocracia e ao problema do Estado e da população; o tópico ‘dos enunciados institucionais ao discurso de meritocracia’; as considerações finais e, por último, as referências que foram nossa fonte de fundamentação.

## O DISCURSO EM PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Uma citação relevante que norteia o conceito de discurso na perspectiva foucaultiana é a que o apresenta como “[...] aquilo pelo o que se luta, poder do qual podemos nos apoderar” (Foucault, 2008b, p. 9-10). Assim, é fundamental compreendermos que a visão do filósofo sobre o discurso é fundamentada no que ele conceitua

por relações de poder. O poder, por sua vez, é exercido a nível molecular, visão que contrapõe a ideia de que só existe uma ordem de exercício, denominada macro-exercício (Foucault, 1998).

O autor apresenta o micro-exercício de poder, que é exercido entre sujeitos, por exemplo, de mesma realidade social (se partirmos das classes sociais), o que nos permite compreender que o poder não é pertinente unicamente para uma análise chamada descendente – do centro à periferia –, mas a uma análise que considere as práticas de poder em diferentes escalões, não restrito a uma “[...] dominação central e globalizada” (Machado, 1998, p.13). A obra foucaultiana apresenta, portanto, uma nova abordagem para as relações de poder, contestando, nesse ponto, o pensamento marxista (que possui como foco as relações entre as classes dominantes versus dominadas).

Em sua arquegenealogia, Foucault (2008a) se contrapõe às teorias de que o discurso seja um tipo de tradução composta por signos, haja vista que ele é indissociável das relações de poder, à medida que se apresenta como o próprio ‘apoderar-se’. Discursivizar seria, então, diferente de um ato resumido a emitir e receber uma mensagem para formar um significado, considerando que a enunciação se dá pelas condições de possibilidade contemplantes de determinados acontecimentos, como os históricos. É por isso que o discurso se constitui nas próprias relações de poder existentes, indissociável dessas relações e das condições que são essenciais para a própria emergência de enunciados. Em poucas palavras, o discurso interdepende de relações de poder.

As condições de possibilidade estabelecem o que pode e o que não pode ser dito, de modo a organizar os acontecimentos para a emergência dos discursos. Então, o sujeito não é posto como aquele que constrói um determinado discurso, visto que o discurso não é simplesmente um produto. O sujeito é configurado e constituído pelo próprio discurso (Foucault, 2008a), o que nos permite entender a subjetividade e as práticas que objetivam e subjetivam os sujeitos, conceitos constantemente vistos na obra foucaultiana - inclusive discutidos em um curso no Collège de France - originando as obras: *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980* (Foucault, 1980, 2009a) e *Subjetividade e Verdade* (Foucault, 1981).

Ainda sobre o sujeito, o autor acrescenta que, para a formação da subjetividade do sujeito, a governamentalidade deve ser considerada enquanto manipuladora de determinadas verdades e saberes - fato que aponta para um investimento de uma instância superior, muito maior do que o imaginado, que tem, estrategicamente, o propósito de formar dada subjetividade enquanto estabelece uma política de governo de corpos. Assim, temos os chamados biopoder e biopolítica constituintes da subjetividade do sujeito, definido por aquilo que discursiviza e denunciado pelas suas práticas de confissão: “[...] aquele que fala é ao mesmo tempo de quem se fala” (Foucault, 2006, p. 212-213).

Ao tratar de biopoder, há um apontamento à existência de um governo anátomo-político dos corpos, advindo de uma necessidade de docilizar e disciplinar os corpos, por questão de dominação e controle. A biopolítica é o poder exercido ‘positivamente’ sobre a vida, uma vez que o governo soberano investe em uma política que dissemina a multiplicação da vida, enquanto a abandona, mantendo, então, uma estratégia mórbida para manutenção das relações de poder: o Estado soberano em controle da população (Foucault, 2008c).

Partindo para o objeto meritocracia, fundamental a este trabalho, e levando em consideração a produção fictícia da série 3% (Netflix Brasil, 2016), encontramos subsídios teóricos na obra foucaultiana sobre a ficção, em questões que tocam a produção artística e literária. Conforme o autor, a oposição ‘eu minto’ versus ‘eu falo’ reflete certo desaparecimento do sujeito que fala, pois “[...] o sujeito - o ‘eu’ que fala - se despedaça, se dispersa e se espalha” (Foucault, 2009b, p. 14, grifo do autor).

Acima, temos a importância de abordarmos a ficção, uma vez que parte do nosso corpus é uma série. Por isso, buscamos na obra do filósofo a relação da ficção com uma concepção de sujeito que se dispersa, conforme descrito por ele, observando que o termo ‘ficção’ é amplamente discutido, posto que ele esmiúça a palavra com cautela, destacando o campo da Psicologia ao efetuar a análise, porquanto seja um termo que “[...] parece pertencer a uma das duas dinastias, do Real e do Irreal. Porque parece reconduzir - e isso seria tão simples após

a literatura do objeto - às flexões da linguagem subjetiva" (Foucault, 2009b, p. 15). A partir da subjetividade da abordagem da palavra, o autor desmistifica a ideia de ficção como sendo algo além da realidade cotidiana, registrando que, então, o fictício seria “[...] o que nomeia as coisas, fá-las falar e oferece na linguagem seu ser já dividido pelo soberano poder das palavras” (Foucault, 2009b, p. 15).

Vislumbramos, assim, a possibilidade de dialogarmos os enunciados da série e os institucionais do Brasil, constituindo, portanto, uma regularidade enunciativa, sendo que partimos de uma obra de ficção tão semelhante e comparável com a realidade. A ideia da ficção como parte constitutiva dessa realidade é essencial para que possamos repensar, neste trabalho, na semelhança de 3% com os tantos processos existentes na sociedade. Aventamos que tal identificação acontece de porque é possível, por exemplo, nos aproximar das personagens, da trama e dos elementos apresentados na série. Além disso, essa aproximação e identificação são o que movem nosso trabalho, que propõe descrever a regularidade entre os enunciados, destacando o ENEM e o Processo como acontecimentos semelhantes.

Todas as discussões transcorridas acima são indispensáveis para a compreensão do discurso e da constituição da meritocracia como objeto discursivo possivelmente identificado em diversos enunciados, que se distanciam ou se aproximam, ou melhor, que podem ser categorizados em relação à sua dispersão, formadora de uma regularidade enunciativa (Foucault, 2008a). Em nosso arquivo, temos inúmeros enunciados que apresentam o discurso de meritocracia, que são existentes pelas condições de possibilidade e, mais do que isso, são elas que mantêm, com um determinado objeto, uma inter-relação culminante à formação do objeto em estudo. No escopo de questões conceituais, justifica-se a escolha teórica de Foucault em não considerar a linearidade dos fatos históricos, mas adotar a perspectiva de uma história descontínua, mobilizando o par dispersão e regularidade.

Em 1998, o Governo Federal implantou o ENEM como forma de avaliar o desempenho do Ensino Médio nas escolas brasileiras. Desde então, o exame destacou-se no país, promovendo análises no campo político sobre o currículo escolar. Em 2004, a partir do projeto de lei 11.096/2004, foi criado o ProUni que, colocado em prática em 2005, disponibilizava bolsas integrais e parciais nas universidades privadas. Jovens de todo o Brasil faziam o ENEM com o objetivo de conseguir uma bolsa na universidade. Assim, o ENEM passou a ganhar o status de vestibular e, em 2009, foi reformulado, mudando de sessenta e três para cento e oitenta questões distribuídas em quatro áreas de conhecimento, além de exigir a redação. No mesmo ano, o exame tornou-se o principal meio de entrar nas instituições federais (ENEM, 2018).

Considerando exposto acerca das condições históricas de possibilidade, podemos vislumbrar a relevância dos fatos políticos para a compreensão do acontecimento discursivo. O ENEM, tal como o Processo, atua em uma historicidade e em uma memória que são interligadas ao discurso à medida que definem as condições de possibilidade, isto é, o que pode ser dito. Pensemos, para visualizarmos de forma mais clara, nos enunciados emergidos a partir do ENEM, como “[...] quem se preparar vai se dar bem” (ENEM, 2018) e “[...] o ENEM é o seu caminho de oportunidades” (ENEM, 2018). Se o ENEM não tivesse, ao longo dos anos, sido modificado de exame de averiguação da qualidade do Ensino Médio para o maior vestibular do país, teríamos, hoje, os mesmos enunciados? O questionamento é um ponto de partida para refletirmos acerca da emergência do discurso, que é interligado aos acontecimentos factuais.

Conforme Foucault (2008b), entender o discurso é, também, observar que o acontecimento ao redor provoca sua emergência. Portanto, o discurso emerge de um acontecimento, de uma historicidade e de uma memória, considerando a não-linearidade histórica. Além disso, em se tratando de um viés arquegenealógico, devemos abranger, nos estudos discursivos, as relações de saber-poder que perpetuam inúmeras verdades: o que é legítimo e o que não é. Tomemos como exemplo a verdade acerca do objeto loucura:

Fazer um estudo estrutural do conjunto histórico – noções, instituições, medidas jurídicas e policiais, conceitos científicos – que mantém cativa uma loucura cujo estado selvagem não pode nunca ser recuperado em si mesmo; mas à falta desta inacessível pureza primitiva, o estudo estrutural deve remontar até a decisão que une e separa, ao mesmo tempo, razão e loucura; deve tender a descobrir a troca perpétua, a obscura raiz



comum, o afrontamento originário que dá sentido à unidade quanto à oposição do sentido e da insensatez (Foucault, 2005, p. 158).

Passamos, então, a pensar no discurso considerando que existem condições para que ele exista, condições que vão além de qualquer análise histórica, haja vista que há as relações de saber-poder e que elas atuam na regularidade desse discurso, sobre como se dá a dispersão. Por isso, Foucault (2008a) não se prende a ‘analisar algo historicamente’, mas arqueologicamente, pois procura analisar as condições de historicidade que possibilitam determinados discursos. Isso é o que o filósofo apresenta ao falar em arqueologia: ‘escavando’ a historicidade, as possibilidades dentro de uma realidade de relações de poder, em que certos saberes são legitimados como verdadeiros, como no fragmento acima, o saber médico acerca do objeto loucura.

Pensemos, agora, no Processo de 3%. Se “[...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2008b, p. 26), sabemos que os enunciados que apresentam o discurso de meritocracia, como “[...] você é o criador do seu próprio mérito” (Netflix Brasil, 2016, ep. 1), podem trazer uma ideia de que são o que há de novo, entretanto, ao analisarmos as condições de possibilidade, chegamos à questão do acontecimento através da emergência do enunciado presente na série 3%: o que o faz emergir e como se dá essa emergência? Para chegarmos às respostas, que sem dúvidas suscitam mais reflexões, precisamos nos interrogar sobre quais enunciados são possíveis em torno do Processo.

Apenas 3% de pessoas vão para o ‘lado de lá’, sendo que a chance dada é única. Ocorre uma disputa, provas diversas são aplicadas e pessoas são eliminadas, enquanto outras continuam competindo. O fato, então, é que existe uma instância, uma instituição, o próprio Processo, que é responsável pela seleção, garantindo a manutenção do sistema que divide o território entre ‘miserável’ e ‘abundante’, escolhendo quem é o sujeito resgatado e quem é o condenado, à medida que objetiva esse sujeito. Logo, analisamos que o Processo se constitui como um acontecimento:

Se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como e feito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal. (Foucault, 2008b, p. 57-58).

Não tão distante do Processo, o ENEM também surge de uma instância institucional, que é o Ministério da Educação, o Estado. O propósito do ENEM, dentre outros tantos, é servir como um vestibular, não só isso, é o maior vestibular do Brasil (ENEM, 2018), contemplando a maior parte das universidades públicas e privadas, pelo SiSU (2018) e pelo ProUni (2018). O primeiro, funcionando desde 2010, é colocado como um sistema virtual de inscrição de estudantes em universidades e institutos federais de todas as regiões do país e o segundo, conforme já dito, concede bolsas parciais e integrais desde 2005. Ambos utilizam o ENEM como critério de seleção de candidatos, por isso, podemos encontrar uma semelhança entre o Processo e o ENEM, já que os dois funcionam institucionalmente com a finalidade de selecionar pessoas.

Se há seleção de alguns, há a eliminação de outros. Daí se reflete o acontecimento que, no caso, tem sua materialidade e seu efeito através da própria constituição dessa materialidade. Assim, se existem o Processo e o ENEM, quais condições de possibilidade captamos disso? Quem são os selecionados e quem são os eliminados? Como observar os efeitos produzidos pelos discursos? E, sobretudo, por que a meritocracia aparece em tais enunciados? De que modo o Processo enuncia “[...] aconteça o que acontecer, você merece?” (Netflix Brasil, 2016, ep. 1), enquanto o MEC enuncia, ao promover o ENEM, que “[...] quem se preparar vai se dar bem?” (Ministério da Educação, 2018).

Diante de tantos questionamentos imprescindíveis para os estudos discursivos, temos, inicialmente, a historicidade que nos possibilita visualizar a emergência dos enunciados em análise. O ENEM e o Processo

são acontecimentos que possibilitam a produção do discurso de meritocracia em torno deles, como em “[...] você é o criador do seu próprio mérito” (Netflix Brasil, 2016, ep. 1), por exemplo, partiu da realidade do Processo de selecionar 3% de pessoas para Maralto. Em tempo, o objeto meritocracia é presente no enunciado. O mesmo ocorre com “[...] quem se preparar vai se dar bem” (Ministério da Educação, 2018), isto é, o enunciado materializado na prática discursiva institucional do MEC para o ENEM como vestibular, porta de entrada para grande parte das universidades. Da mesma forma, podemos encontrar o objeto meritocracia no enunciado, afinal, ‘se dá bem’ (sic) quem se prepara para conseguir. A grande questão é refletirmos sobre como o objeto é constituído e identificado nos enunciados, compreendendo o campo associado que permite a identificação, bem como a regularidade desse discurso. Adiante, procuraremos responder a todas essas questões, começando pela formação da meritocracia, objeto de estudo desta pesquisa.

## A MERITOCRACIA E ‘O PROBLEMA DO ESTADO E DA POPULAÇÃO’

“Parabéns, o mérito é todo seu [...]” (Netflix Brasil, 2016, ep. 8) é um exemplo de enunciado que nós, enquanto sujeitos, encaramos para além do universo da série, considerando os efeitos de sentido que ele produz e pela mobilização da memória discursiva que nos constitui, assim como em muitos outros enunciados que conhecemos, como ‘você tem que fazer por merecer’, ‘se você se esforçar, você consegue’ etc. Diante de todos os enunciados coletados, conseguimos identificar o objeto do discurso que os contempla, e o processo de identificação só ocorre porque há condições que a possibilitam.

A meritocracia, o objeto aqui estudado, não é configurada por uma única época ou fase histórica, por isso, não existe uma definição pronta para o que ela significa, todavia, existe uma formação que precisa ser minuciosamente considerada. À luz de Foucault (2008a), há a explicação sobre o ‘regime de existência’ dos objetos, que diz acerca da formação do objeto, sendo os pontos consideráveis: a) demarcar as superfícies primeiras de sua emergência; b) descrever as instâncias de delimitação e c) analisar as grades de especificação.

Contemplemos, agora, a meritocracia, pensando nela de acordo com os três referidos trajetos de estudo da formação do objeto. Uma das passagens registradas do conceito de ‘Meritocracia’ é a de Aristóteles, que diz que a palavra vem do latim *meritum*, ‘mérito’ e do grego antigo *kpatia (-cracia)*, ‘poder’ e é definida como “[...] um tipo de justiça ideológica que se baseia na concepção de que o indivíduo deve receber aquilo que se desempenha para ter” (Aristóteles, 1991, p. 20 apud Maluf Chaves, 2012, p. 6). Pertinente, mas não suficiente para a abordagem foucaultiana, já que, segundo Foucault (2008a), o objeto emerge de formas distintas em diferentes sociedades. Ainda assim, a meritocracia registrado por Aristóteles pode ser um ponto de partida para refletirmos sobre o objeto de discurso ‘meritocracia’, uma vez que remete às ‘primeiras superfícies de sua emergência’, compreendendo tal objeto como parte de um saber político, que vem constituindo enunciados ao longo do tempo.

Do saber político, surge o segundo percurso de análise, que consiste em pensar nas instâncias de delimitação, questionando qual a instância que funciona nomeando o que é a meritocracia, o que é questão de mérito, como a meritocracia é legitimada a partir da sua regulamentação enquanto um objeto. Se partirmos do ENEM, por exemplo, vemos que há o próprio Governo Federal funcionando como uma instituição, objetivando o sujeito candidato. O objeto meritocracia, aí, é instaurado não só pela instância política, como também pela jurídica, tendo em vista que configura uma meritocracia correspondente ‘à ideia de justiça social’.

Ao passarmos para as ‘grades de especificação’, Foucault (2008a) exemplifica com as diferentes ‘loucuras’ do discurso psiquiátrico, entendendo que a instância separa os objetos, “[...] opondo, reagrupando, classificando” (Foucault, 2008a, p. 47). Tais apontamentos significam que o objeto, na realidade, é plural, quais diversas “meritocracias” são encontradas no discurso? Aqui, devemos ampliar a questão para além de um conceito, uma definição, sabendo que, na sociedade brasileira, existe uma meritocracia associada ao trabalho: o ‘subir de cargo’ como questão de esforço e, em relação aos estudos, o ‘passar no vestibular’. O discurso de

meritocracia é também presente em se tratando da manutenção das classes sociais. Se existe a ideia de que ser admitido em um cargo é questão de esforço, a mesma compreensão é estendida às questões que envolvem as classes desde as mais pobres até as mais ricas, configurando certa justificativa à existência das desigualdades, pois mais uma vez reduz os fatos a ‘questão de esforço’.

O discurso de meritocracia presente no trabalho, na escola, em casa, nas ruas e na universidade tem uma emergência intrigante, lembrando o que Foucault (2008a) diz sobre a emergência em distintas sociedades. Assim, não basta, para a nossa análise, o que Aristóteles define acerca da meritocracia, apesar de nos auxiliar a encarar a constituição do objeto em seus diversos desdobramentos, refletindo os saberes que dissertam sobre ele, como o saber político e jurídico. A pergunta principal acerca disso é: de que modo o objeto meritocracia emerge em enunciados do MEC?

Primeiramente, devemos pensar na transição do ENEM de avaliação do Ensino Médio, em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso ao maior vestibular do país, a partir de 2010, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Tavares e Melin (1998) descrevem a entrada, na década de 1990, do Brasil nas políticas de liberalização financeira, após passar, nos anos 80, por um intenso processo de industrialização, focado no desenvolvimentismo interno, isto é, no mercado em esfera nacional, o que fracassou nos governos que sucederam tal período. Assim, o Brasil fez ascender, diante do fracasso desenvolvimentista pós-ditadura militar, o “[...] retorno da ortodoxia, acompanhado da onda neoliberal” (Soares, 2001, p. 154). E, de acordo com Braz (2004), essa onda permaneceu desde então, haja vista que o Estado brasileiro passou e continuou a priorizar os interesses internacionais.

A leitura dos acontecimentos sobre os governos que funcionaram no Brasil é indispensável para a abordagem da meritocracia nos enunciados do MEC, vislumbrando as condições de possibilidade desse discurso, uma vez que, no governo Lula, a maioria das instituições de ensino aderiu ao ENEM como critério de seleção de estudantes para ingresso no Ensino Superior. Assim, as políticas públicas do período não tiraram o país da esfera da ‘liberalização financeira’ e, ainda que as universidades federais tenham sido uma conquista significativa a nível amplo e público para a população brasileira, contemplando mais pessoas de diversas classes sociais, estabeleceu-se um mecanismo de seleção de candidatos, não admitindo que todos, de fato, ocupassem as vagas ofertadas.

O Processo, tal como o ENEM, também é baseado em uma ideia de mecanismo de seleção. Então, onde há seleção, há exclusão. Se há candidatos aptos, que superam notas de corte, que conseguem passar pelas provas de forma satisfatória aos sistemas, há aqueles que não são aptos, que não satisfazem e não conseguem a mesma aprovação. Enfim, o ENEM e o Processo precisam manter a manutenção dos processos de seleção, limitando as vagas e limitando perfis para elas. Embasando-nos em Foucault (2008d), notamos que há, nos mecanismos dos processos seletivos, uma interligação ao biopoder, de forma mais clara, porque ambos processos de seleção têm ligação com a necessidade de controle e docilização dos corpos, no caso, o exercício de poder do Estado sobre a população. Mesmo diante dessa relação, os corpos resistem, quando, por exemplo, ocupam lugares, passando pelas seleções e se fazendo presentes nos diversos espaços políticos, institucionais, como a própria universidade. Assim, as relações de poder atuam, posto que se existe poder, existe resistência (Foucault, 1998).

O “[...] problema entre o Estado e a população [...]” tem, como termo próprio, a governamentalidade (Foucault, 2008d, p. 56), que pode ser vista como o conjunto de instituições que exerce uma forma de poder específica, daí constando a biopolítica, isto é, as políticas específicas de um exercício aparentemente positivo sobre a vida humana e populacional. O funcionamento da biopolítica reside no investimento de práticas de aniquilamento da vida, de uma população, enquanto estimulam a própria multiplicação da vida, basicamente, o estímulo ao nascimento seguido do abandono às vidas, até a própria morte (Foucault, 2008d).

Ao relacionarmos, de modo análogo, a discussão aqui realizada ao Processo, observamos, no ‘lado de cá’, novas vidas nascendo constantemente, enquanto que, em Maralto, nenhum nascimento é permitido. Portanto, o ‘lado de cá’ sustenta o Processo e consequentemente Maralto, tendo em vista que essas vidas crescem e se preparam para a seleção que escolhe quem habitará Maralto, ao mesmo tempo em que há aqueles

que não passam, que não são parte dos 3%. Esses sujeitos excluídos têm como principal função gerar filhos em nome do Processo. É algo, inclusive, da cultura dos marginalizados do Continente (lado de cá): pais que, renegados na seleção, geram filhos e depositam neles a saída para a frustração de não terem conseguido passar, como é o caso do pastor, pai de Fernando. Semelhante fato ocorre no caso do ENEM, já que enquanto o MEC promove o exame como oportunidade de conquista, há aqueles que não conquistam, que ficam de fora da universidade. Observamos, então, que os mecanismos de seleção de alguns e exclusão de outros que constroem o próprio sistema de seleção do Processo e do ENEM, isto é: esses sistemas dependem desses mecanismos.

Todas as políticas apresentadas garantem a manutenção da soberania estatal, do controle e domínio, na medida em que esse controle não é esclarecido ao povo, que acredita estar, até certo ponto, sendo atendido e bem cuidado, fato que pode ser visto em 3%, quando o Processo é dito justo pelos sujeitos competidores. Somente após a vivência real isso é repensado, mesmo que alguns dos competidores ainda defendam toda a realidade do Processo, em que muitos acabam mortos durante as provas. Fernando, um dos personagens, ao discutir sobre a Causa (grupo de oposição política ao Processo), enuncia que eles (da Causa) são “[...] um bando de ingratos, porque o Lado de Lá oferece salvação para todo mundo” (Netflix Brasil, 2016, ep. 2). Depois de passar por parte das provas e ter contato com outros candidatos, ele passa a questionar o Processo enquanto um sistema injusto, o que configura outra subjetividade: “Pessoas morrem, pai. Esse Processo não é justo” (Netflix Brasil, 2016, ep. 6).

O ENEM, não distinto de ser um processo que também seleciona um percentual de pessoas, constitui uma meritocracia que, como na série, objetiva e subjetiva os sujeitos candidatos ao responsabilizá-los por qualquer resultado. Trata-se, então, de ‘uma igualdade ilusória, que é, na verdade, a desigualdade justificada, transformada em justiça, tornando, assim, conforme pôster de divulgação exposto na figura um, “[...] a igualdade uma ilusão convincente” (Netflix Brasil, 2016). Por isso, ao analisarmos os efeitos de sentido dos enunciados, observamos a configuração do discurso do esforço individual como garantia, quando o discurso institucional enuncia o seguinte: “[...] sabe que se tirar uma boa nota, tem a chance de conseguir uma vaga na universidade” (ENEM, 2018). E aí cabe dizermos que o sentido produzido depende da meritocracia, possibilitando a identificação do objeto no discurso. Então, se retomarmos a emergência do discurso, deparamo-nos com o acontecimento, por exemplo, o ENEM e o Processo, que enunciam a meritocracia, haja vista que se apresentam como sistemas de seleção em que uns são aceitos e outros são eliminados. É assim que o objeto meritocracia emerge no discurso, considerando o *corpus* estudado.

## DOS ENUNCIADOS INSTITUCIONAIS AO DISCURSO DE MERITOCRACIA

### A elaboração de séries enunciativas

Foucault (2008a) destaca o que, inicialmente, não seria um enunciado segundo seu pensamento. Um exemplo se dá quando o autor diferencia a frase de um enunciado, de forma a dizer que este não pode ser reduzido àquele, pois, mais do que uma estrutura sintática, o enunciado carrega consigo uma função de existência: “[...] trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presente ou não” (Foucault, 2008a, p. 105). Ainda de acordo com o filósofo, a frase teria sua delimitação na estrutura morfossintática que, por sua vez, nem sempre é presente no enunciado, como é o caso da tabela periódica que não possui frases, mas possui enunciados. Assim, Foucault (2008a) revela que a frase é inflexível e que o enunciado precisa de flexibilidade ao atuar no discurso. Outra diferenciação está no ‘ato de fala’, o qual, durante algum tempo, foi confundido com o enunciado, mas é diferente deste, haja vista que: 1) os atos de fala, na realidade, são produzidos pela própria enunciação (e não o oposto) e 2) eles são construídos por diversos enunciados (e não são os enunciados que



são construídos por eles). Deste modo, o enunciado não é uma estrutura, é a própria função de existência, conforme o autor:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2008a, p. 105).

A função enunciativa, refletindo o fragmento anterior, considera que para um enunciado existir, há regras para essa existência. A partir do enunciado, é possível encontrar o seu campo associado, isto é, os domínios ligados a ele, além de que ele tem, às margens dele, outros enunciados existentes (Foucault, 2008a). Logo, a função enunciativa, em um dos seus domínios, se dá por um campo de dispersão de enunciados e objetos, não sendo possível um enunciado produzir sentido sem que nenhuma regularidade enunciativa seja encontrada:

O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração - limitada, de um lado, por suas premissas, do outro, por sua conclusão -, a sequência das afirmações que constituem uma narração) (Foucault, 2008a, p. 111).

A noção de campo associado se faz necessária neste estudo, afinal, como exposto pelo próprio Foucault (2008a), todo enunciado tem em si o campo associado, regra que vale também aos enunciados do MEC e de 3%. Por isso, é possível estabelecer uma regularidade entre os enunciados sobre o ENEM e o Processo com o próprio vestibular e, por sua vez, correlacionar a meritocracia com um sistema político ou, ainda, como um sistema justo e/ou injusto, sendo que todas essas associações e correlações assumem um conjunto de possibilidades. Assim, elaborar as séries enunciativas parte da disposição de uma lei comum entre as enunciações em questão, surgindo, aí, as chamadas modalidades enunciativas (Foucault, 2008a).

Embassados em Foucault (2008a, p. 56-60), seguimos as seguintes reflexões para elaborarmos as séries enunciativas, nos perguntando: 1) Quem fala?; 2) Quais os lugares institucionais do sujeito no discurso? e 3) Qual a relação do sujeito com o objeto do discurso? Chegamos aos resultados da modalidade do discurso institucional, compreendendo o MEC e o Processo enquanto instituições que enunciam do lugar institucional. O fato de ambos enunciarem a meritocracia da instância institucional é o que torna possível dialogar os enunciados coletados, sendo constituída as seguintes séries:

Do MEC: 1- “Quem passou o ano inteiro só falando, pensando e vivendo o ENEM, merece uma nova chance” (Ministério da Educação, 2018); 2- “Você, que fez a prova do ENEM em 2017, vai ter mais uma oportunidade para conquistar uma vaga na universidade por meio do SiSU e uma bolsa no ProUni” (Ministério da Educação, 2018); 3- A Rávila é uma das mais de seis milhões de pessoas inscritas no exame. “Ela sabe que se tirar uma boa nota, tem a chance de conseguir uma vaga na faculdade” (Ministério da Educação, 2018); 4- “Ela vai sair mais cedo de casa para evitar imprevistos. Uma alimentação leve e uma boa noite de sono vão ajudar” (Ministério da Educação, 2018); 5- “Vem aí a prova do ENEM, fique esperto e se prepare bem” (Ministério da Educação, 2018); 6- “Quem se preparar vai se dar bem” (Ministério da Educação, 2017); 7- “Chegue antes de fechar o portão” (Ministério da Educação, 2018); 8- “Estudantes se preparam para o segundo dia do ENEM” (Ministério da Educação, 2018); 9- “O ENEM é assim, cheio de histórias grandiosas, e ele é o seu caminho de oportunidades” (Ministério da Educação, 2015) e 10- “Parabéns a todos que se dedicaram ao ENEM” (Ministério da Educação, 2015).

Do Processo (Netflix Brasil, 2016): 1- “Você é o criador do seu próprio mérito” (ep. 1); 2 - “Apenas 3% de vocês serão os seletos heróis a caminho de Maralto, onde ninguém é injustiçado” (ep. 1); 3- “Aconteça o que



acontecer, você merece” (ep. 1); 4-“O Processo garante que só os melhores desfrutem de Maralto” (ep. 1); 5- “Nossa Medicina é avançada e com o tratamento completo você pode voltar a andar. Mas primeiro, tem que passar!” (ep. 2); 6 - “Prove para você mesma que você merece uma vida melhor” (ep. 8) e 7 - “Parabéns, o mérito é todo seu” (ep. 8).

Inicialmente, é prioridade salientarmos que todos os dezessete enunciados selecionados e citados anteriormente são da mesma modalidade enunciativa: a institucional, tendo em vista que partem da instância de instituições, que são o Processo e o MEC. Assim, foram elaboradas tais séries enunciativas, respondendo às questões sobre quem fala, de qual instância fala (qual o lugar institucional ocupado no discurso) e, o que foi bem relevante, qual a relação de “quem fala” com o objeto do discurso, no caso, a meritocracia.

## O DISCURSO DE MERITOCRACIA DO MEC E DO PROCESSO

Seguindo este trabalho de descrição e de interpretação dos discursos, como ambos os enunciados recortados do MEC e da série 3% partem de instituições políticas, todos eles têm a relação com o objeto meritocracia ligada às práticas de objetivação e subjetivação dos sujeitos candidatos que, por sua vez, apresentam uma posição frente à ordem do discurso: há sujeitos que estão dentro da ordem do discurso institucional, enquanto há sujeitos que estão fora da mesma ordem, como os sujeitos membros do grupo da Causa, em 3%, que entendem o Processo como injusto e inumano, diferentemente do que o Processo (que é uma instituição) coloca sobre si.

Foucault (2004) responde bem sobre a relação do objeto do discurso com os sujeitos quando explica o que são as práticas de objetivação, que tornam o sujeito em objeto de discurso e as práticas de subjetivação, que são constitutivas do sujeito, da sua subjetividade. Em se tratando do discurso do MEC e do Processo, há práticas que transformam o sujeito candidato em objeto do discurso, uma vez que o sujeito sofre uma tentativa de individualização que, consequentemente, perpetua na responsabilização pelo ‘ganho’ (passar) e pelo ‘fracasso’ (não passar).

O primeiro diálogo, entre tantos tratados neste artigo, está nas sociedades: na de 3% e na brasileira. Na primeira, jovens de um lado extremamente miserável são objetivados a vida toda com o discurso do Processo para que, na ânsia de mudarem para uma vida melhor e passarem para Maralto (lado de lá), o lado abundante, sintam-se responsáveis por conquistar ou fracassar nessa realidade. Da mesma forma, no Brasil, jovens se candidatam a universidades sentindo-se responsáveis pelos resultados, que podem implicar em aprovação ou desaprovação.

Existem, aí, dois lugares almejados, desejados (a universidade e o lado de lá): ambos configurados como lugares de ascensão social. Além disso, temos dois processos de seleção de candidatos que funcionam através da aplicação de provas (ainda que, no Processo, as provas sejam diferentes do ENEM, mais diversificadas e práticas). Temos conselhos prévios, em ambos, de ‘preparação para a grande prova’, em 3%, isso aparece no primeiro episódio, quando os candidatos são avisados por meio de um sistema tecnológico sobre o horário de início do Processo, bem como sobre a hora em que ‘os portões serão abertos’. Tais discursos também são produzidos pelo MEC, por exemplo, se voltarmos nos enunciados 4 e 7, direcionados para indicações, conselhos para os candidatos realizarem uma ‘prova de sucesso’.

Atemos-nos, em meio à infinidade de exemplos desse diálogo, ao discurso de meritocracia, isto é, aos enunciados que apresentam esse objeto. Primeiramente, em se tratando de campo associado, já discutido, é interessante observarmos quais os campos que sinalizam a modalidade institucional dos enunciados e como eles são parte desse mesmo grupo. Notemos que, em ambos os casos, as palavras ‘merece’ e ‘mérito’ são muito presentes: “[...] merece uma nova chance” (ENEM, 2018), “[...] você merece, [...] o mérito é todo seu [...]” e “[...] você é o criador do seu próprio mérito” (Netflix Brasil, 2016, ep. 1) etc. O léxico em questão correlaciona a meritocracia com o ‘mérito’, mas, para além de um merecimento, de um resultado colhido, é o próprio sistema ideal e justo, algo dado pela instituição, um tipo de justiça para que apenas quem aja com esforço

e dedicação tenha a chance de conquistar uma vaga em Maralto ou na universidade. Aí, temos o efeito de sentido que aponta para a meritocracia não só como um tipo de retorno a algum feito, mas como um sistema político que se baseia em justiça: o sujeito recebe aquilo que ele luta para adquirir, por isso ‘o mérito é todo dele’.

Outros enunciados também demonstram a constituição do objeto meritocracia e a prática de objetivação do sujeito candidato: ‘seletos heróis’, ‘só os melhores’, ‘histórias grandiosas’ etc. Fato importante também é como se utiliza ‘se preparar’ ‘caminho de oportunidades’ e ‘chance’, com destaque ao ENEM que fala em ‘dar uma nova chance’ a candidatos, todavia, dar essa nova chance somente “[...] a quem passou o ano todo só falando, pensando e vivendo o ENEM” (ENEM, 2018). Logo, tanto o Processo quanto o ENEM se baseiam em apresentar a meritocracia como uma forma de sistema justo, responsabilizando individualmente cada sujeito frente a isso. Além disso, a individualização, constituinte do objeto meritocracia, é o que há de regular no mesmo objeto, entendendo que é na transformação do sujeito em ser individual que a meritocracia ganha seu sentido. Em outras palavras, a meritocracia não considera o ser como social, envolvido por fatores sociais, como preterimento e privilégio. Uma abordagem meritocrática considera única e exclusivamente o indivíduo enquanto senhor do seu destino, seja na miséria, seja na fartura, tudo a depender dos seus feitos.

Logo, podemos observar que a meritocracia é tratada como uma questão de esforço individual para atingir objetivos maiores. No caso da candidata que ‘sabe que se tirar uma boa nota tem uma chance de entrar na universidade’, conseguimos traçar um diálogo com o caso do Fernando, em 3% que, como não pode andar por ter perdido o movimento das pernas em um acidente, ouve que pode voltar a andar, porém, ‘antes tem que passar’. Nos dois exemplos, ambos ganham a responsabilidade pelo o que virá futuramente, se vão passar ou não vão passar, é questão de preparo e dedicação, pelo viés meritocrático.

Diante da análise discursiva aqui empreendida, entendemos que, o discurso de meritocracia institucional objetiva, no caso do ENEM e do Processo, o sujeito candidato, e atua de acordo com exercício do biopoder na aplicação de biopolíticas úteis para manterem esse exercício. É claro que muitas pessoas entram na universidade pelo SiSU e o ProUni, entretanto, é instigante refletir como o MEC investe nas políticas de acessibilidade limitada, apresentando a meritocracia para que esse investimento seja atendido, mesmo que, simultaneamente, a universidade federal ou estadual seja dita pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do homem deve ser compreendida a partir da emergência da população (Foucault, 2008d, p. 103).

Concluímos, com este artigo, que o mesmo objeto meritocracia existente em enunciados de 3% é encontrado em enunciados institucionais do MEC, à medida que foi possível descrevermos o campo associado do objeto nos enunciados selecionados: ‘mérito’, ‘vencedor’, ‘oportunidade’ etc. Deparamo-nos, através dos diálogos entre esses enunciados, com a semelhança entre o Processo e o ENEM, uma vez que ambos funcionam como processos seletivos baseados na aplicação de provas para a execução da seleção. O fato de que nem todos são selecionados marcam a semelhança no discurso de meritocracia encontrados nos enunciados de ambos os casos, afinal, a meritocracia garante a individualização do sujeito candidato como único responsável por ser admitido.

Os diálogos aqui feitos (entre os enunciados) nos mostram que “o problema do Estado e da população” se encaixa no Processo e no MEC (que prepara e aplica o ENEM), pois é indispensável, pensando nos acontecimentos, visualizar os dois como biopolíticas que partem de uma instituição estatal, dominando corpos e selecionando de acordo com os seus próprios critérios de seleção. Ademais, tanto Maralto quanto a universidade representam um lugar de conquista, que garante dada ascensão social, tal como estabilidade, recursos, emprego e prestígio. Todos os fatores expostos aproximam a série da realidade cotidiana e nos permitiram traçar os diálogos aqui analisados.



Por fim, outras indagações sobre a meritocracia são necessárias, sobretudo nos estudos discursivos de linha foucaultiana, no entendimento de que o discurso tem sua emergência, que o objeto tem sua formação (variando de sociedade a sociedade) e que enunciados têm em sua função de existência outros enunciados, a partir de um campo associado. Sem dúvidas, em meio aos inúmeros acontecimentos que temos enfrentado no âmbito político, analisar o discurso do MEC sobre o ENEM é bastante necessário, haja vista que somos sujeitos de uma sociedade, constituídos pelos discursos e objetivados pelas diferentes instituições sociais e políticas. Analisamos, ainda, além de tudo isso, é a de que a ficção, como o próprio Foucault (2009b) diz, não está dissociada da nossa vida em sociedade.

Esta pesquisa nos possibilitou maior aprofundamento na AD, nos fazendo refletir sobre as relações de poder que nos envolvem e nos constituem, bem como acerca da resistência dos corpos e dos sujeitos e principalmente sobre como somos objetivados, constituídos pelos discursos, como a meritocracia, por exemplo, que emerge de um campo neoliberal e de uma falsa política dita inteiramente pública, materializando-se em seleções, como o ENEM e a responsabilização do candidato enquanto único indivíduo que responde por seu destino, de modo a isentar o Estado de toda e qualquer exclusão.

## REFERÊNCIAS

- Braz, M. (2004). O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, XXV(78), 48-68.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault* (C. S.'A. Martins, Trad., & R. Ribeiro, rev. da trad.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Exame Nacional do Ensino Médio [ENEM]. (2018). *Apresentação*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>
- Foucault, M. (1980). *Du gouvernement des vivants: cours au Collège de France, 1979-1980*. Inédito [Fitas-cassete: C 62 (01-12)]. Paris: Arquivos IMEC.
- Foucault, M. (1981). *Subjectivité et vérité: cours au Collège de France, 1980-1981*. Inédito [Fitas-cassete: C 63 (01-07)]. Paris: Arquivos IMEC.
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder* (13a ed., R. Machado, Trad. e Org.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Foucault, M. (2004). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2005). *A história da loucura na idade clássica*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Foucault, M. (2006). A vida dos homens infames. In M. Foucault. *Estratégia, poder-saber* (2a ed., V. L. A. Ribeiro, Trad., M. B. Motta, Org. e sel. de textos). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2006.
- Foucault, M. (2008a). *A arqueologia do Saber* (7a ed., L. F. B. Neves, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). *A ordem do discurso* (16a ed.). São Paulo, SP: Loyola.
- Foucault, M. (2008c). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008d). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France, 1977-1978*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009a). *Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980* (N. Avelino, Trad., transc. e notas). São Paulo, SP: Centro de Cultura Social.
- Foucault, M. (2009b). *Estética: literatura e pintura, música e cinema* (2a ed., I. A. D. Barbosa, Trad., M. B. Motta, Org. e sel. de textos). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Machado, R. (1998). Introdução: por uma genealogia do poder. In: M. Foucault. *Microfísica do poder* (13a ed., p. 7-23, R. Machado, Trad. e Org.). Rio de Janeiro, RJ: Graal, p. 7-23.
- Maluf Chaves, A. L. (2012). [Resenha de Resenha do livro *Justiça: o que é fazer a coisa certa?* de M. Sandel à luz da ideologia comunitarista]. *Revista de Direito dos Monitores da Universidade*, 12. Recuperado de <http://www.rdm.uff.br/index.php/rdm/article/view/154/0>



- Ministério da Educação. (2015). *Canal do MEC*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=1h2VdNs9Uo&feature=youtu.be>
- Ministério da Educação. (2017). *Canal do MEC*. Recuperado de <https://youtu.be/5BXy967pkvo>
- Ministério da Educação. (2018). *Canal do MEC*. Recuperado de <https://www.youtube.com/user/ministeriodaeducação>
- Netflix Brasil. (2016). César Charlone; Tiago Mello & César Charlone; Daina Giannecchini; Dani Libardi; Jotagá Crema. 3%. [seriado]. São Paulo: Boutique Filmes.
- Programa Universidade para Todos [Prouni]. (2018). *O programa*. Recuperado de <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>
- Sistema de Seleção Unificada [SiSU]. (2018). *Como funciona*. Recuperado de <http://sisu.mec.gov.br/como-funciona>
- Soares, L. T. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis; RJ: Vozes.
- Tavares, M. C., & Melin, L. E. (1998). Mitos globais e fatos regionais. In J. L. Fiori, M. S. Lourenço, & J. C. Noronha (Org.), *Globalização: o fato e o mito* (p. 41-54). Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.

